



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0055253-6

Apelante: Lubauto Distribuidora Ltda.

Apelados: Banco do Brasil S/A e outro

Relatora Convocada: Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA E REPARAÇÃO DE DANOS. INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA JULGADO PROCEDENTE. DETERMINAÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. NÃO CUMPRIMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO NOS TERMOS DO ART. 267, IV DO CPC. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Intimada para proceder com a complementação das custas processuais, a parte autora deixou que o prazo transcorresse in albis sem o cumprimento da determinação. Extinção do feito, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, IV do codex processual.

2. A necessidade de intimação pessoal da parte aplica-se tão-somente aos casos em que houve a paralisação do processo por mais de um ano por negligência das partes, ou quando o autor, por não promover os atos e diligências que lhe cabem, abandonar a causa por mais de 30 dias, não abarcando as extinções decorrentes do descumprimento de determinação para complementação das custas processuais. Precedentes.

3. No caso, a falta de intimação pessoal do autor/apelante não é causa de nulidade, porquanto a sentença não se fundamentou nos incisos II e III, mas sim no inciso IV do art. 267 do CPC.

4. Recurso improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0055253-6, em que figuram como Apelante LUBAUTO DISTRIBUIDORA LTDA e Apelados BANCO DO BRASIL S/A E OUTRO, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta

18A
V

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de apelação, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 03.10.2013
Virgínia Gondim

Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues
Relatora Convocada



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0055253-6

Apelante: Lubauto Distribuidora Ltda.

Apelados: Banco do Brasil S/A e outro

Relatora Convocada: Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

RELATÓRIO

Cuida-se de Apelação Cível interposta por Lubauto Distribuidora Ltda contra sentença da lavra do MM Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, que, nos autos da Ação Ordinária de Cobrança e Reparação de Danos nº 00198033334-3, movida em desproveito de Banco do Brasil S/A e outro, considerando a ausência de complementação da custas processuais, extinguiu o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, IV, do CPC, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

Fundam-se as razões recursais (fls. 59/65), em suma, no argumento de que tratando-se de extinção do feito pelo não cumprimento de ato ou diligência atribuído à apelante, essencial se fazia a intimação pessoal para suprir a falta em 48 (quarenta e oito) horas, conforme preconizado pelo § 1º do art. 267 do CPC.

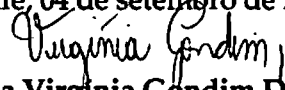
Requer, assim, a nulidade da sentença, para que seja determinado o regular prosseguimento do feito.

Contrarrazões apresentadas às fls. 69/72.

É o relatório.

Dispensada a revisão, por aplicação analógica do §3º do art. 551 do CPC, inclua-se, de pronto, o feito na pauta de julgamentos.

Recife, 04 de setembro de 2013.


Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues
Relatora convocada



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0055253-6

Apelante: Lubauto Distribuidora Ltda.

Apelados: Banco do Brasil S/A e outro

Relatora Convocada: Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

VOTO:

A matéria trazida a julgamento é singela, posto que o recurso finca-se no argumento de que a extinção do processo, por inércia da parte para o cumprimento da decisão que determinou a complementação do valor das custas processuais, pressupõe a intimação pessoal desta – o que não ocorreu na hipótese.

De logo, adianto que o apelo não merece prosperar.

Isso porque, examinando-se detidamente a sentença combatida, verifica-se que, de fato, o processo foi extinto pelo não atendimento à indigitada ordem de emenda, expondo o julgador monocrático os motivos pelo que se fazia imprescindível o recolhimento das custas processuais complementares, nos ditames da lei.

Ao que se vê, intimada para proceder com a complementação das custas processuais, a parte autora deixou que o prazo transcorresse *in albis* sem o cumprimento da determinação, o que, por si só, autoriza a extinção do feito, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, IV do codex processual.

No que diz respeito à necessidade de intimação pessoal da parte, em conformidade com o que preceitua o art. 267, §1º, do CPC, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a necessidade de intimação pessoal se aplica tão-somente aos casos em que houve a paralisação do processo por mais de um ano por negligência das partes, ou quando o autor, por não promover os atos e diligências que lhe cabem, abandonar a causa por mais de 30 dias, não abarcando as extinções decorrentes do descumprimento de determinação para complementação das custas processuais (art. 267, IV do CPC).

A esse respeito, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - EXTINÇÃO DO FEITO, COM FUNDAMENTO NO ART. 267, IV, DO CPC - INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE - § 1º DO MESMO DISPOSITIVO - DESNECESSIDADE - ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE -



183 of

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - RECURSO IMPROVIDO. (STJ, AgRg no REsp 1129569/PE, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/10/2009, DJe 23/10/2009).

De igual modo, é o entendimento unânime desta Corte de Justiça:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. EXTINÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, III. AUSÊNCIA DE TRIANGULARIZAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 240 E DO §1º DO ART. 267. DECISÃO TERMINATIVA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. [...] 2. A intimação pessoal prevista no § 1º do art. 267 do CPC é exigível somente para as hipóteses de extinção fundadas nos incisos II e III do referido artigo. 3. No caso vertente, a extinção se deu com fundamento no inciso IV do art. 267, ou seja, não por inércia da parte, mas por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, hipótese em que se dispensa a intimação pessoal. Precedentes do STJ. 4. Recurso de Agravo não provido, por unanimidade de votos. (TJPE, Agravo Regimental n. 302630-2, Relator Francisco Manoel Tenório dos Santos, 4ª Câmara Cível, Julgado em 6/6/2013).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL RECURSO DE AGRAVO. FUNGIBILIDADE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO VÁLIDO E REGULAR. RECURSO NÃO PROVIDO. [...] 2. Trata-se de extinção do processo sem resolução do mérito por ausência de pressuposto válido e regular (art. 267, IV, do CPC) e não abandono (art. 267, III, do CPC). 3. In casu, despicienda a intimação pessoal do autor e o requerimento do réu para extinguir o processo. 4. Agravo Regimental conhecido para fins de prequestionar a matéria, porém, no mérito, deve ser negado provimento. (TJPE, Agravo Regimental n. 298196-4, Relator Itabira de Brito Filho, 1ª Câmara Cível, Julgado em 26/3/2013).

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO COM BASE NO INCISO IV DO CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 216 DO STF. 1. A extinção do processo com base no Inciso IV do art. 267 do Código de Processo

vfr



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

3

18/10/13

Civil, NÃO prevê a necessidade de intimação pessoal da parte para, no prazo de 48 horas, promover o andamento da causa. [...] (TJPE, Agravo n. 292465-0, Relator Alberto Nogueira Virgínio, 2ª Câmara Cível, Julgado em 19/3/2013).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO (ART. 557, §1º, CPC). EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 267, IV, DO CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. SÚMULA DESTES TRIBUNAL. RECURSO IMPROVIDO. - Processo extinto sem resolução de mérito, nos moldes do art. 267, IV, do CPC. Desnecessidade de intimação pessoal da parte, pois o §1º deste dispositivo só a exige quando a extinção se fundamentar nos incisos II ou III do dispositivo, ou seja, quando se tratar de hipótese de extinção por abandono. [...] (TJPE, Agravo n. 287099-3/01, Relator Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, 2ª Câmara Cível, Julgado em 19/12/2012).

Assim, indene de dúvidas de que, *in casu*, a falta de intimação pessoal do autor/apelante não é causa de nulidade, porquanto a sentença não se fundamentou nos incisos II e III, mas sim no inciso IV do art. 267 do CPC.

Por essas razões, a manutenção da decisão exarada pelo Juízo de piso é medida que se impõe.

Ex positis, o voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, para manter inalterada a sentença vergastada.

É como voto.

Recife, 03.10.2013

Virgínia Gondim

Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues
Relatora convocada